

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE GABRIEL BRANCO DE SOUZA

A POLÍTICA EXTERIOR DE FHC E LULA PARA AMÉRICA DO SUL.



CURITIBA

2020

FELIPE GABRIEL BRANCO DE SOUZA

A POLÍTICA EXTERIOR DE FHC E LULA PARA AMÉRICA DO SUL

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

Orientador (a): Prof(a). Dr(a). Caroline Cordeiro Viana e Silva.

CURITIBA

2020

RESUMO

O presente trabalho se propõe a realizar uma revisão bibliográfica sobre a Política Externa Brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio “Lula” da Silva, tendo como recorte regional a América do Sul. Na primeira seção será apresentada alguns aspectos da política externa brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O mesmo será realizado na segunda seção durante o governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva. Por fim, é estabelecido pontos em comum e pontos de rupturas entres a atuação de ambas as políticas externas dentro do continente sul-americano.

Palavras-chave: Diplomacia brasileira; Governo Fernando Henrique Cardoso;
Governo Luiz Inácio Lula da Silva

ABSTRACT

The present work proposes to perform a bibliographical revision about the Brazilian Foreign Policy during the administration of Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio "Lula" da Silva, having as a regional cut the South America. In the first section will be presented some aspects of the foreign policy during the government of Fernando Henrique Cardoso. The same will be done in the second section during the administration of Luiz Inácio “Lula” da Silva. Finally, common ground and breaking points are established between the actions of both foreign policies within the South American continent.

Keywords: Brazilian diplomacy, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio “Lula” da Silva.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O GOVERNO FHC (1994 – 2002).....	9
3 O GOVERNO LULA (2002 – 2010).....	14
4 CONTIUIDADES	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Na coluna de 21/05/2016 de “O Globo”¹, Adriana Carranca² discutiu sobre a política externa brasileira após a indicação de José Serra para ministro das Relações Exteriores do Brasil. Serra assumiu a pasta do governo Temer afirmando que atuaria “sem atender a conveniências e preferências ideológicas de um partido político e seus aliados”³ – o que, para a autora, contrariava o que havia sido visto nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, pois segundo Carranca, em ambos, o ministério das relações exteriores sofreu com interferências dos interesses político partidários.

Anteriormente, em 29/11/2015, Rubens Barbosa⁴ respondia, também em uma coluna de jornal, dessa vez na Folha⁵, ao historiador Matias Spektor⁶ exatamente sobre essa condução da política externa brasileira durante os governos FHC e Lula. Anteriormente, Spektor havia escrito em artigo⁷ que ambos esses governos tiveram aspectos muito parecidos na condução das suas relações exteriores, o que levou a discordância de Barbosa. Tendo sido ele embaixador do Brasil em Washington de 1999 a 2004, Barbosa atuou em ambos os governos, e a posição do ex-embaixador é de que esses governos agiram com semelhança – a ocorrência de continuidades é verdadeira, porém, houve muitas distinções entre os dois.

Essa argumentação se pauta na diferente visão de mundo dos dois governos, de acordo com Barbosa, pois a atuação na área externa foi afetada diretamente pelas concepções de mundo que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o

¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/politica-externa-de-fhc-serra-19350245>

² Adriana Carranca é escritora e jornalista, especializada na cobertura de conflitos, crises humanitárias e direitos humanos. É colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo. Informações disponíveis em: <http://www.agenciarriff.com.br/site/AutorCliente/Autor/122> Acesso em: 06/12/19 às 15:13.

³ Idem.

⁴ Rubens Barbosa foi embaixador do Brasil em Washington (1999-2004). É consultor de negócios, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP, presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET). É membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (Gacint – USP), presidente emérito do Conselho Empresarial Brasil – Estados Unidos (CEBEU). Informações disponíveis em: <https://www.institutomillennium.org.br/author/rubens-barbosa/> Acesso em 06/12/2019 às 15:17.

⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1711638-fhc-e-lula-politicas-externas-divergentes.shtml>

⁶ Matias Spektor é professor associado da Escola de Relações Internacionais da FGV. Autor de diversos trabalhos sobre Política Externa, assina uma coluna sobre esse assunto na Folha de São Paulo. Informações disponíveis em: <https://ri.fgv.br/equipe/matias-spektor> Acesso em: 06/12/19 às 15:24.

⁷ Artigo publicado na "Ilustríssima" de 25/10.

Partido dos Trabalhadores (PT) detém. Se para o primeiro partido, a diplomacia estava voltada para o fortalecimento do Brasil perante o mundo, o segundo visou um fortalecimento de viés ideológico, principalmente com seus vizinhos sul-americanos.

A partir da leitura dessas duas notícias de jornal pode-se observar diferentes visões sobre a atuação diplomática brasileira durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio “Lula” da Silva. Dessa forma, encontramos a possibilidade, e a importância, de realizarmos um levantamento bibliográfico a respeito de como esses governos atuaram em suas políticas externas, buscando compreender de que forma pesquisadores se posicionam sobre esse tema.

Devido as limitações que uma monografia impõe, é necessário deixar claro que o levantamento dos textos não atinge sua totalidade. A ideia é poder realizar uma leitura de trabalhos e autores que apresentaram análises sobre as relações exteriores do Brasil com a América do Sul durante os governos citados.

Ao observar que a maior parte dos trabalhos referentes a esse tema tratam da diplomacia brasileira com as diversas partes do mundo, foi feito esse recorte geográfico, afim de contribuir com esse tema ao tentar reunir o maior número de comentários tecidos especificamente para as relações exteriores do Brasil junto ao continente sul-americano.

Após a delimitação da revisão bibliográfica sobre a atuação da política externa do governo FHC e do governo Lula em relação à América do Sul como objetivo central, propõe-se levantar informações da Política Externa de FHC na primeira seção, observando a tentativa desse governo em estabelecer uma imagem positiva do Brasil para com os vizinhos sul-americanos após o período de grave crise econômica brasileira devido a hiperinflação.

Na segunda seção será repetida a proposta, agora para o governo Lula, aonde foi objetivo desse governo o estabelecimento de relações com nações mais pobres e em desenvolvimento, levando o Brasil a assumir um posto de liderança e de boa cordialidade com tais países, em contrapartida da diminuição das relações com os EUA e Europa.

Na última seção serão levantados os pontos de continuidade e as rupturas ocorridas dentro da atuação da política externa brasileira para a América do Sul, ao observamos os acordos, tratados e outras medidas que tenham sido assinadas durante a vigências desses governos. Observa-se também se as atuações desses

governos foram pautadas e influenciadas por visões e concepções políticas ou ocorreram como uma política de Estado, distante dessas influências. E, por fim, são apresentadas como considerações finais algumas comparações entre essas políticas que a pesquisa possibilitou.

2 O GOVERNO FHC (1994 – 2002)

Para Barbosa, Fernando Henrique Cardoso teve uma política externa apartidária⁸, uma vez que o PSDB, segundo esse autor, é um partido que entendeu a política externa como uma política de Estado, que seguiria os interesses do Brasil como nação, não atendendo, necessariamente, a uma agenda político partidário. Portanto, FHC atuou com um presidente que deu liberdade ao Ministério das Relações Exteriores, mais conhecido como Itamaraty, para realizar um trabalho que não deveria conter traços ideológicos ou quaisquer que fossem as influências de partidos políticos.

Uma possível explicação para essa conduta, segundo Luiz Felipe Lampreia⁹, está relacionada ao esforço desse governo em consolidar uma abertura política e econômica no Brasil, na qual foi buscado demonstrar ao restante do mundo que o Brasil era um país sério e que nele, enfim, havia uma estabilidade institucional e política¹⁰.

Do contexto histórico anterior que causou essas desconfianças, podemos citar o “medo comunista” que pairava sobre a figura de Lula, nas eleições de 1989, quando esse defendia o não pagamento da dívida externa brasileira¹¹ e o conturbado governo Collor, que segundo Dawisson Belém Lopes¹², havia encontrado o seu impedimento constitucional devido as falhas tentativas de solução para a inflação galopante da época¹³, que já vinha sendo a grande mazela econômica brasileira desde a década

⁸ BARBOSA, Rubens. FHC e LULA: Políticas externas divergentes. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1711638-fhc-e-lula-politicas-externas-divergentes.shtml> Acesso em: 01/12/2019.

⁹ Luís Felipe Palmeira Lampreia é diplomata brasileiro e atuou como secretário de Cooperação Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República entre 1985 e 1987 e foi ministro das Relações Exteriores no governo FHC. Informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-felipe-palmeira-lampreia> Acesso em: 09/12/19 às 14:40.

¹⁰ LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 41, n.2, Brasília, Julho/Dezembro, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000200001&script=sci_arttext.

¹¹ Para mais ver: SILVA, Carla Luciana. *Veja e o PT: do “risco Lula” ao “Lula light”*. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_carla_silva.pdf Acesso em: 06/12/2019 às 16:09.

¹² Professor Associado de Política Internacional e Comparada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, vinculado ao seu Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como docente permanente. Atualmente é o Diretor Adjunto de Relações Internacionais da UFMG. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4131110H8> Acesso em: 06/12/2019 às 16:41.

¹³ LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. Rev. bras. polít. int., Brasília, v.54, n.1, p.67-86, 2011. Disponível em:

de 80 – conhecida popularmente por “Década Perdida” devido ao pequeno crescimento do PIB somado ao descontrole inflacionário¹⁴.

Dessa forma, entende-se que as dificuldades encontradas por FHC estão relacionadas desde a superação da abertura política “lenta, gradual e segura”, no contexto da volta da democracia no Brasil, até alcançar a tentativa de abertura do mercado brasileiro ao comércio exterior, havendo uma atuação contundente do Ministério das Relações Exteriores nesse intuito¹⁵.

Para Lopes, essa tentativa de criar uma nova imagem para o Brasil já era tentada antes do governo FHC, tendo em vista o discurso, em 1992, na abertura das Nações Unidas proferido por Celso Lafer, então ministro da Relações Exteriores, quando esse afirmou “o compromisso brasileiro com o espírito de civilidade e, por conta disso, nossa natural credencial para participar da reorganização do sistema internacional”¹⁶.

A preocupação que existia com a instabilidade econômica brasileira foi, em grande parte, sanada apenas após a implementação do Plano Real, que obteve sucesso ao pôr fim no quadro de hiperinflação. Tal plano foi ligado à figura de Fernando Henrique Cardoso por ser o ministro da Fazenda à época da formulação do Real. Este fato permitiu aos formuladores de políticas do PSDB encontrar argumentos que diminuíram a desconfiança de investidores estrangeiros em relação ao Brasil, uma vez que eles viam na figura do presidente o agente responsável por ter alcançado a estabilidade econômica¹⁷.

Ana Regina Falkembach Simão¹⁸ também concorda que a estabilidade econômica resultou no fortalecimento da imagem de FHC, dando a esse a possibilidade de estruturação do Estado brasileiro após o período de crise e, conseqüentemente, a vitória de FHC na corrida presidencial de 1994. Além disso, gerou

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292011000100005&lng=en&nrm=iso
Acesso em 01/12/2019 às 13:03.

¹⁴ http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23
Acesso em: 09/12/2019 às 13:39.

¹⁵ LAMPREIA, Ibidem.

¹⁶ LOPES, Ibidem.

¹⁷ LAMPREIA, Ibidem.

¹⁸ Doutora em História, com pesquisa na área de Relações Internacionais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do curso de Ciência Política da Universidade Luterana do Brasil e da Faculdade de Relações Internacionais da ESPM/RS.

a reconquista da credibilidade do governo pela sociedade brasileira e, sobretudo, condições políticas de promover uma nova inserção do Brasil no contexto internacional.¹⁹

Após alcançar esse equilíbrio interno, Fernando Henrique Cardoso atuou ativamente para demonstrar tal contexto aos seus vizinhos na América do Sul. Um exemplo encontra-se nas negociações do MERCOSUL, onde

a convocação da primeira reunião de chefes de Estado da região, [com] a prioridade para a integração física com vistas à ampliação dos contatos do Brasil com seus vizinhos e à abertura de corredores de exportação para o Pacífico. Continuaram as ações para o aprofundamento do MERCOSUL, visando transformá-lo em uma união aduaneira.²⁰

Vemos aqui FHC atuando no fortalecimento das relações exteriores dentro da América do Sul, com o intuito de obter acordos econômicos – primeiro com os vizinhos do Cone Sul, através da tentativa de consolidar o MERCOSUL, bem como instituir relações com as nações do Pacífico, como Chile, Bolívia e Peru, a fim de se utilizar de novas saídas comerciais marítimas através do Oceano Pacífico.

Com contexto da globalização, que não permitia às nações um isolamento político, Lampreia afirma que o governo de Fernando Henrique Cardoso buscava recuperar um “tempo perdido” no que tange as relações internacionais – um Brasil que buscava uma abertura de mercado, colocando abaixo políticas protecionistas²¹. Para isso, a estabilidade que o Plano Real trouxe ao Brasil possibilitou que esse despontasse na América do Sul como a nação em franco desenvolvimento, crescendo seu valor no campo externo através das medidas internas estabilizadoras.

As relações abertas do Brasil com o mundo trouxeram um comportamento que visava o diálogo e a cooperação, com o objetivo de se firmar parceiros, tanto para a

¹⁹ SIMÃO, Ana Regina Falkembach. A Diplomacia Presidencial e o Processo de Inserção Internacional do Brasil: Um Estudo da Política Externa do Governo de Fernando Henrique Cardoso. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0561.pdf>

²⁰ BARBOSA, Ibidem.

²¹ LAMPREIA, Ibidem.

obtenção de trocas comerciais, como já citado, como também para soluções em áreas da política, através da não intervenção e o respeito à soberania de cada Estado – exemplo disso pôde ser visto no caso da Venezuela, quando Fernando Henrique Cardoso deu apoio ao sistema democrático dessa nação, que estava sendo ameaçado por uma tentativa de golpe ao governo de Hugo Chávez²². À época do acontecimento, meios de comunicação, como a BBC, pontuaram que “para muitos analistas, o governo de Chávez foi salvo pela agilidade dos países da região – especialmente o Brasil – que condenaram a quebra da institucionalidade na Venezuela.”²³.

Lamprea coloca que esse posicionamento tomado por Fernando Henrique Cardoso se aproxima do que se entende por “autonomia pela integração”, onde as nações abrem mão de certos aspectos de sua autonomia, como a permissão para livre circulação de indivíduos, e recebem em troca a integração com os demais países, o que acaba por fortalecer o grupo como um todo²⁴.

Um exemplo pode ser visto no que foi estabelecido nas relações do MERCOSUL. Assim, a “autonomia pela integração” se entende por um país alcançar uma posição de destaque mundial a partir de medidas que levam ao bom relacionamento, através de acordos e alianças mútuas – no caso brasileiro, principalmente com seus vizinhos da América do Sul.

Segundo Vigevani, Oliveira e Cintra²⁵, esse interesse numa integração regionalista da América do Sul foi vista quando, ao fortalecer o MERCOSUL frente a ALCA, resultou, principalmente no segundo governo de FHC, numa busca por manter os posicionamentos dos países sul americanos em consonância²⁶.

Para a questão da ALCA, Simão também concorda que FHC teve aqui um momento de enfretamento com os interesses estadunidenses, na resistência brasileira a tal projeto, ao buscar integrar e fortalecer o MERCOSUL, mesmo com as tentativas

²² Ver mais em: SPEKTOR, Matias: *18 Dias: quando Lula e FHC se uniram para obter o apoio de Bush*. Editora Objetiva: São Paulo, 2014.

²³ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020416_marciadi.shtml Acesso em: 06/12/19 às 17:55.

²⁴ Ver mais em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003 Acesso em: 06/12/2019 às 18:29.

²⁵ Tullo Vigevani é professor da Unesp na área de Ciência Política e, juntamente com Marcelo F. de Oliveira e Rodrigo Cintra, é pesquisador do Cedec – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

²⁶ VIGEVARO, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F.; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração.

estadunidenses de enfraquecer esse grupo com a negociação da ALCA.²⁷ Aqui devemos lembrar a força diplomática estadunidense, onde para Lopes, atua a atingir a população interna com o objetivo de alcançar seus objetivos²⁸ – algo enfrentado pelos defensores da ALCA dentro do Brasil.

Para Jacqueline Haffner²⁹ e Fernanda Wenzel³⁰, FHC fortaleceu o MERCOSUL e questionou a ALCA uma vez que essa só teria sentido caso as divergências da Rodada do Uruguai fossem resolvidas para que a ALCA alcançasse o patamar de um mecanismo agregador de economias e de aberturas dessas em igual patamar para todos os países, e não apenas um projeto de impor ainda mais dificuldades no desenvolvimento dessas enquanto os EUA, por serem financeiramente mais poderosos, tirassem vantagens.³¹

As autoras também seguem a linha da integração realizada pela política externa de FHC, quando esse promoveu a Cúpula de Brasília, com a presença de presidentes da América do Sul e discutiu a fusão entre MERCOSUL e Comunidade Andina das Nações (CAN).³²

Outros exemplos foram vistos na atuação brasileira perante as crises políticas no Paraguai, em 1996, 1999 e 2001, e como já citado durante o conflito entre Peru e Equador e também a crise de 2002 na Venezuela, todos eles em defesa da Democracia e das soberanias nacionais, centralizando no Brasil um papel de liderança na região.

²⁷ SIMÃO, *Ibidem*.

²⁸ LOPES, Dawisson Belém. Política Externa Democrática: oximoro, quimera ou tendência? Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 27. Nº 80.

²⁹ Atualmente é professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde ministra aulas na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI), Líder do Grupo de pesquisa dos BRICS (NEBRIC/UFRGS)

³⁰ Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade do Rio Grande do Sul, onde estudou Política Externa Brasileira e Integração Sul-Americana.

³¹ HAFFNER, Jacqueline; WENZEL, Fernanda. Política Externa do governo FHC: da literatura aos fatos.

³² HAFFNER e WENZEL, *Ibidem*.

3 O GOVERNO LULA (2002 – 2010)

Acerca dos estudos sobre as Relações Internacionais do período Lula, existem duas linhas de pensamento que se debruçam sobre a atuação desse governo. A primeira delas, os autonomistas, defende que havia uma presença muito grande de agentes do Partido dos Trabalhadores atuando na política externa, demonstrando que o objetivo central era aproximar o Brasil de seus vizinhos através de uma identidade latino-americana de esquerda, onde Lula demonstrou um papel decisivo nas tomadas de decisões e também nas negociações que foram realizadas³³. Isso se exemplifica ao vermos a preocupação desse presidente em afirmar, desde a sua posse, em 2002, a importância que as relações exteriores brasileiras teriam na América do Sul³⁴.

A outra corrente, representada pelos institucionalistas, entende que os objetivos de Lula estavam voltados para a construção de uma liderança regional, preocupada com a estabilidade política e no desenvolvimento da infraestrutura brasileira.³⁵

Vemos que para Barbosa o período de governo do PT teve uma política focada na figura de Lula e uma substituição do enfoque dado nas relações exteriores, até então para com países desenvolvidos e a influência deles no Brasil, pela cooperação com países em desenvolvimento – a busca por um assento no conselho de segurança da ONU é um exemplo disso³⁶.

Para a América do Sul, houve um esforço em aumentar a integração dos estados sul americanos e no fortalecimento do MERCOSUL, em detrimento aos interesses dos EUA nessa região com a ALCA³⁷. Entende-se que isso representou uma imposição brasileira frente à política externa dos EUA, significando o fortalecimento brasileiro na diplomacia sul americana, além de um alinhamento político entre os países desse continente – Venezuela, Cuba e Bolívia, por exemplo.

³³ SARAIVA, *Ibidem*.

³⁴ LULA DA SILVA, L. I. Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 2003. Disponível em: <http://goo.gl/oeTwSm>. Acesso em: 21/11/19.

³⁵ SARAIVA, M. G. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. *Mural Internacional*, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2010.

³⁶ BARBOSA, *Ibidem*.

³⁷ BARBOSA, *Ibidem*.

O próprio MERCOSUL, segundo Barbosa, tornou-se muito mais uma ferramenta política social do que um bloco econômico³⁸.

Já a diplomacia presidencial de Lula foi testada quando o governo equatoriano de Rafael Correa ameaçou expulsar a construtora brasileira Odebrecht do país devido a atrasos em obras de hidrelétricas e por exigir a revisão desses contratos³⁹. Além desse caso, ocorreram dificuldades com a Petrobrás nesse país, tendo sido ameaçada de expulsão e de perda de sua estrutura e investimentos através de uma nacionalização, assim como ocorreu na Bolívia⁴⁰.

Barbosa coloca que a política em relação a América do Sul e a integração regional talvez tenham sido a mais vulnerável das componentes da política externa brasileira. Não só aumentaram as demandas da Bolívia e do Paraguai pela percepção de fraqueza do Brasil ao não reagir a atos contrários aos interesses nacionais como a expropriação das refinarias da Petrobras em Santa Cruz, como a natural liderança do país foi contestada seguidamente, inclusive pelo voto contrário a candidatos brasileiros a postos em organizações internacionais.⁴¹

Para esse autor, isso seria resultado da grande partidização da política externa brasileira, com a nomeação de Marco Aurélio Garcia para o cargo de Assessor Internacional e as falas de Celso Amorim a frente do Ministério das Relações Exteriores, como esse afirmou que o processo de formulação das políticas externas “deve estar entusiasmamente engajado com certas linhas políticas, com certas orientações”. Assim, de forma enfática, Barbosa coloca que

o Itamaraty não escondeu que estava a serviço das políticas de um partido que havia vencido as eleições. A política externa deixou de representar apenas os interesses permanentes do Estado brasileiro para defender a plataforma do governo de turno.⁴²

Outro aspecto que exigiu a participação da diplomacia brasileira na América do Sul foi o conflito político entre Colômbia, Equador e Venezuela, em 2008,

³⁸ BARBOSA, Ibidem.

³⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2608200817.htm> Acesso em: 06/12/2019 às 18:45.

⁴⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95508.shtml> Acesso em: 06/12/2019 às 19:28.

⁴¹ BARBOSA, Ibidem.

⁴² BARBOSA, Ibidem.

quando o exército colombiano invadiu o território equatoriano para enfrentar os integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que haviam fugido para o Equador, após combate na Colômbia.⁴³

Celso Amorim⁴⁴, ministro das Relações Exteriores do Brasil, atuou nessa questão afirmando⁴⁵ “condenar o ataque colombiano e esperando uma resolução rápida e pacífica entre os vizinhos brasileiros, demonstrando o interesse em evitar um conflito regional”, que seria prejudicial às ambições econômicas brasileiras e demonstrando um exemplo da atuação diplomática do Brasil.

André Pimentel Ferreira Leão⁴⁶ também concorda que a política externa do governo Lula foi voltada para os países vizinhos, buscando estreitar laços diplomáticos. Como exemplo disso, Leão cita a criação da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa), criada em 2004 e que foi resultado do trabalho de indivíduos como Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães⁴⁷ e Marco Aurélio Garcia⁴⁸, todos eles representantes do Partido dos Trabalhadores⁴⁹.

Rubens Barbosa concorda com essa posição quando afirma que no governo Lula “desde o início, a retórica oficial expressava que o país, sob seu governo, se recusaria ao acomodamento à ordem mundial prevalecente.”⁵⁰. Ou seja, Lula atuou de maneira a engrandecer o país perante o mundo e foi numa direção contrária ao que estava estabelecido até então, algo do qual o próprio Lula fazia questão de lembrar que era a posição aceita pela gestão anterior – o Brasil alinhado aos

⁴³ BARBOSA, *Ibidem*.

⁴⁴ Celso Amorim é um diplomata brasileiro e ex-ministro da defesa. Foi também duas vezes ministro das Relações Exteriores do Brasil. Atualmente é filiado ao Partido dos Trabalhadores.

⁴⁵ <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-03-05/oea-deve-dar-resposta-rapida-sobre-crise-para-nao-perder-credibilidade-diz-amorim> Acesso em: 06/12/19 às 20:01

⁴⁶ Atualmente, é doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

⁴⁷ Samuel Pinheiro Guimarães é diplomata brasileiro e teve atuação em diversos governos, desde o governo de Castelo Branco, Figueiredo, Collor, FHC e foi ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do governo Lula.

⁴⁸ Marco Aurélio Garcia ocupou o cargo de assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais nos governos Lula e foi filiado ao Partido dos Trabalhadores.

⁴⁹ Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6730/1/BEPI_n22_Politica.pdf Acesso em: 06/12/19 às 19:29.

⁵⁰ BARBOSA, Rubens. Política Externa de Dois Governos. Disponível em: <https://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Rubens%20Barbosa%20%20Pol%C3%ADtica%20externa%20de%20dois%20governos.pdf> Acesso em: 21/11/19.

interesses estadunidenses.

Barbosa também lembra a atuação brasileira nos contatos com países considerados pobres ou em desenvolvimento, estabeleceu o intuito de fortalecer as relações “Sul-Sul”, o que resultou em benefícios ao Brasil no campo do comércio exterior, uma vez que a força econômica brasileira oferecia maiores vantagens em relação a diversas dessas outras nações.

Por outro lado, existe também o entendimento que o governo Lula apresentou um “modelo anacrônico de relações Estado sociedade civil em geral e, em particular, empresariado”⁵¹. Isso seria resultado da já citada presença de membros do Partido dos Trabalhadores nas resoluções da política externa brasileira da época, ou seja, as relações exteriores brasileiras não atuaram como uma Políticas de Estado e sim, através de interesses partidários⁵². Para Lopes, houve demasiada “influência do Partido dos Trabalhadores na configuração da ideologia da política externa brasileira”. E a crítica a esse modelo de gestão vem por causar uma “ruptura com a tradição apartidária de mais de um século do Itamaraty”.⁵³

Maria Regina Lima⁵⁴ coloca que essa “politização da política externa e, portanto, a influência da política doméstica na sua formação, depende da existência de impactos distributivos internos”⁵⁵. Ou seja, a política externa de Lula seria reflexo da atuação interna desse governo por melhorias sociais que encontraram eco em um contexto favorável não apenas dentro do Brasil, mas na maior parte do continente sul americano devido as demandas das populações mais carentes – onde podemos citar programas sociais à elas direcionadas como o Bolsa Família⁵⁶.

Para Leão isso compreende-se no fato de vários governos de esquerda na América do Sul nessa época fortaleceram uma integração regional, facilitando as relações durante esse período.⁵⁷ Assim, as relações diplomáticas brasileiras com

⁵¹ OLIVEIRA, A.J. de & PFEIFER, A. (2006). O empresariado e a política exterior do Brasil. In: ALTEMANI, H. & LESSA, A.C. (Orgs.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo, Saraiva, p. 422.

⁵² Ibidem, OLIVEIRA & PFEIFER.

⁵³ Ibidem, LOPES.

⁵⁴ Maria Regina Soares de Lima é professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ – IESP/UERJ e coordenadora do Observatório Político Sul Americano – OPSA/UERJ. Informações disponíveis em: <http://www.iesp.uerj.br/docentes/maria-regina-soares-de-lima/> Acesso em 07/12/19 às 16:12.

⁵⁵ LIMA, M. R. S. *Instituições Democráticas e Política Exterior*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº2, julho/dezembro 2000.

⁵⁶ LIMA, Ibidem.

⁵⁷ LEÃO, Ibidem.

nações em desenvolvimento ou a relação já citada “Sul-Sul” explicam-se no estabelecimento de acordos com países que estavam no mesmo patamar político internacional que o Brasil, e não meramente por um viés apenas política ideológico.

Quando observamos em Antonio Carlos Lessa que “as viagens presidenciais são uma medida interessante da intensidade com que o presidente se põe à disposição da diplomacia, do valor da política externa no (...) governo”, e que “Lula realmente levou às últimas consequências essa ideia de diplomacia presidencial. Ele produziu um novo parâmetro, um novo marco zero”.⁵⁸ Entendemos que houve uma mudança de patamar na política externa brasileira - no que concerne à América do Sul, Lula realizou 38 viagens durante a vigência apenas de seu primeiro mandato.

Saraiva também coloca que um novo perfil de PEB foi vista no governo Lula quando esse teve a iniciativa de organizar, com a Unasul, um modelo de governança regional, diferente dos padrões de política de integração vistas até então no continente.⁵⁹

Essa importância dada pelo governo Lula para América do Sul é intrínseca ao Brasil, pois para Guimarães, dentro do conjunto das características do Brasil como seu território, sua localização geográfica, sua população, suas fronteiras, sua economia, assim como a conjuntura e a estrutura do sistema mundial, a importância da América do Sul na política externa brasileira é uma prioridade.⁶⁰

E afim de justificar essa ligação cultural histórica, podemos citar Adler, que afirma que a formação de uma identidade regional é construída a partir de órgãos que reúnam os interesses dos países que façam parte desse grupo, assim instituições como a Casa e o MERCOSUL demonstram a utilização da política externa para a formulação de um viés identitário sul-americano.⁶¹

⁵⁸ https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113_dilma_viagens_internacionais_ms_lgb
Acesso em: 09/01/2020.

⁵⁹ SARAIVA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. *Relações Internacionais (RI)*, n. 37, p. 63-78, 2013.

⁶⁰ GUIMARÃES, Samuel P. O mundo multipolar e a integração sul americana. *Revista Comunicação & Política*, v. 25, n. 3, p.169-189, 2007.

⁶¹ ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, nº47, p. 201-246, 1999.

4 CONTIUIDADES

Entende-se que as democracias, de forma geral, teriam políticas ideais quando fossem planejadas e estabelecidas para o seu alcance no longo prazo, como coloca Morgenthau⁶². Entretanto, também é conhecido o clamor popular por mudanças rápidas e que essas tragam vantagens para o presente. E isso tem significado quando políticos tomam medidas imediatistas e, em alguns casos, revanchistas, para se diferenciar dos adversários dentro do jogo político, como coloca Kennan⁶³. Sendo assim, questiona-se a ocorrência desses fatores, ou não, na transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luiz Inácio “Lula” da Silva.

Para Milani⁶⁴ e Pinheiro⁶⁵, diversos fatores, como a globalização, abertura econômica, competições de mercado e coalizações entre os países levaram a um novo tipo de atuação nas políticas externas por parte do Estado.⁶⁶ Assim, dentro desse contexto foi visto que a Política Externa Brasileira de FHC significou um “sentido amplo de internacionalização da economia e de diversos fenômenos sociais” segundo Maria Regina Lima, onde a

internacionalização da agenda doméstica, com a incorporação à esfera da decisão legislativa de questões de política externa, questão que previamente estavam restritas ao Executivo⁶⁷.

Dessa forma, além da abertura econômica brasileira, também se pode ver uma mudança na política externa com a influência partidária, entendendo que o lugar

⁶² LIMA, Ibidem.

⁶³ LIMA, Ibidem.

⁶⁴ Atualmente, é Professor Associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Informações em: <https://carlosmilani.com.br/sobre/> Acesso em 08/12/19 às 10:18.

⁶⁵ É especialista em Política Externa Brasileira, trabalhando principalmente nos seguintes temas: processo decisório, cooperação sul-sul, democracia e política externa e análise de política externa. Informações em: <http://www.iri.puc-rio.br/equipe/nucleo/1/detalhe/601> Acesso em 08/12/19 às 10:18.

⁶⁶ MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.11-41, junho de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010285292013000100001&lng=en&nrm=iso Acesso em: 07/12/19

⁶⁷ LIMA, Ibidem.

decisório antes pertencente apenas ao Executivo agora tem uma ampliação com a presença de outro poder, o Legislativo.

Milani e Pinheiro, ao citar Lima, colocam que

o caso brasileiro, a coincidência entre a liberalização política e a abertura econômica deu início a uma nova fase da política externa do país, por ela denominada de "integração competitiva".⁶⁸

Com isso, novos interesses passaram a exercer influência sobre a política externa brasileira, o que representou uma mudança na "histórica autonomia relativa do Itamaraty na condução da política externa."⁶⁹

Entretanto, segundo Faria⁷⁰, um dos motivos do insulamento da política externa brasileira estaria relacionado exatamente pela presença, muito forte, do Poder Executivo nessas questões⁷¹, seja pela falta de participação do Legislativo nesses assuntos, seja pela própria demasiada força que tem o presidencialismo em nosso país, onde

essa concentração [do Poder Executivo] é evidenciada pelo controle que o presidente tem sobre a agenda do Legislativo, pelo uso abusivo de medidas provisórias e pela possibilidade de reeleição, entre outros fatores⁷².

⁶⁸ MILANI e PINHEIRO, *Ibidem*.

⁶⁹ MILANI e PINHEIRO, *Ibidem*.

⁷⁰ Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Professor dos Programas de Pós-graduação em Relações Internacionais e em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

⁷¹ FARIA, C. A. P. de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Rev. bras. polí. int.* Brasília v.51, n.2, p.80-97, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v34n1/v34n1a09.pdf> Acesso em: 01/12/2019.

⁷² FARIA, *Ibidem*.

Outro aspecto visto nas Relações Exteriores do Brasil foi o foco dado aos vizinhos sul-americanos pela gestão Lula, o que para Faria se traduz em uma grande “reverberação doméstica” de interesses do Partido dos Trabalhadores⁷³.

Enquanto “a grande centralidade adquirida pela chamada diplomacia presidencial” ocorria durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, Faria também entende que

a política exterior do governo Lula, dita “assertiva” ou “ativa”, muito parece ter contribuído também na ampliação da visibilidade social das estratégias de inserção internacional do país⁷⁴.

E isso seria resultado de fatores como uma compensação pelo Partido dos Trabalhadores ter tomado um rumo ortodoxo na Macroeconomia “para efeito de afirmação da coerência de sua trajetória política e na busca de apaziguamento de sua base interna de sustentação”⁷⁵. Como já citado anteriormente, as relações brasileiras com nações em desenvolvimento, em detrimento das nações mais ricas, foram exemplo disso.

Milani e Pinheiro ainda colocam que a Política Externa pode ser entendida como uma Política Pública, e isso porque têm se o entendimento que ela é formulada a partir de “coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política”⁷⁶. Assim, para esses autores, não haveria como a Política Externa estar distante dessas influências partidárias. Porém, deixam claro que

é preciso esclarecer que, para nós, politização significa a intensificação do debate de ideias, valores e interesses sobre escolhas políticas, como também et pour cause, de disputas inter e intraburocráticas, debates entre atores sociais distintos quanto à melhor forma de contemplar suas demandas⁷⁷.

⁷³ FARIA, *Ibidem*.

⁷⁴ FARIA, *Ibidem*.

⁷⁵ FARIA, *Ibidem*.

⁷⁶ MILANI e PINHEIRO, *Ibidem*.

⁷⁷ MILANI e PINHEIRO, *Ibidem*.

Já para Barbosa, tal fato é passível de crítica, pois

talvez o fato mais significativo a marcar a ausência de semelhanças entre as políticas externas dos dois governos tenha sido a instalação de uma diplomacia paralela na América do Sul⁷⁸.

Isso seria decorrência da alta e negativa influência partidária que o Itamaraty sofreu durante o governo Lula, ainda somado ao abandono de recursos que foram impostos a esse órgão do governo, algo que não foi visto durante o governo de FHC, que investiu nos recursos orçamentários, segundo Barbosa⁷⁹. Dessa maneira, o autor acaba por se enfático em afirmar que

as mencionadas convergências e pontos comuns na ação dos governos do PSDB e do PT podem ser explicadas pela manutenção de posições tradicionais do Brasil e por ações táticas determinadas por circunstâncias do momento.

As duas políticas externas certamente não beberam de um poço comum. Foram totalmente diferentes, na forma e no conteúdo, e produziram resultados opostos.⁸⁰

Segundo Lopes, desde o governo Sarney, é observada uma preocupação com a democratização do Itamaraty e da Política Externa Brasileira, que teve continuidade no governo FHC⁸¹. Ao mesmo tempo, Lopes também traz que Barbosa e Lafer fazem críticas por entenderem que no governo posterior, o PT realizou uma politização da Política Externa Brasileira e isso levou a acusações como imposições de “mordaças” devido a uma falta de pluralidade de ideias dentro do Itamaraty devido a essa presença de interesses políticos⁸².

Um exemplo dessa influência partidária encontra-se, para Paulo Roberto de

⁷⁸ BARBOSA, Idem.

⁷⁹ BARBOSA, Ibidem.

⁸⁰ BARBOSA, Ibidem.

⁸¹ LOPES, Ibidem.

⁸² LOPES. Ibidem.

Almeida⁸³, assim como para Faria, no governo Lula com um traço peculiar – representa a forma política e de se fazer política mais próxima com aquela que era proposta pelo PT do início dos anos 90⁸⁴. Segundo Almeida, “é nas relações exteriores e na sua política internacional que o governo do presidente Lula mais se parece com o discurso do PT”⁸⁵. Esse tipo de atuação demonstrou que foi na política externa que o governo Lula buscou se distanciar do seu antecessor, FHC, principalmente ao que tange as relações com a América do Sul. Entretanto, para Almeida, a atuação de Lula foi uma continuidade, pois as novas relações diplomáticas com seus vizinhos americanos já tinham tido início na gestão de FHC, demonstrando que mesmo o governo Lula tentando se distanciar de seu antecessor, o real contexto foi de uma continuidade nas relações exteriores do Brasil, podendo sim dizer que houve uma maior ênfase e preocupação com a América do Sul⁸⁶.

Já a ideia do Brasil na liderança da América do Sul é tratada por Almeida como um aspecto que de ruptura entre FHC e Lula. Enquanto para FHC o a liderança brasileira seria resultado da estabilidade econômica, para Lula tornou-se o objetivo da política externa, tendo esse papel não apenas para América do Sul mas podendo estender-se para fora do continente.⁸⁷

Logo, enquanto que FHC entendia que a liderança deveria se restringir a uma atuação regionalizada, começando pela Argentina, para o governo Lula foi visto que outros horizontes poderiam ser buscados, através de uma ativa agenda de trabalhos da diplomacia brasileira. Almeida entende que o governo FHC tratou as relações com a América do Sul com muitos discursos, porém com pouca atuação, excetuando-se a resolução do conflito entre Peru e Equador. Por outro lado, Lula demonstrou uma atuação muito mais enfáticas exemplificada nos diversos encontros que teve com demais líderes da região.⁸⁸

Outra diferença encontrou-se no papel do MERCOSUL, quando FHC entendeu esse como um meio de importância comercial, diferente da visão aplicada por Lula,

⁸³ Paulo Roberto Almeida é diplomata de carreira e serviu em diversos postos no exterior, exercendo funções na Secretaria de Estado, geralmente nas áreas de comércio, integração, finanças e investimentos. Informações em: <http://pralmeida.org/> Acesso em: 08/12/19 às 10:30.

⁸⁴ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292004000100008 Acesso em: 08/12/19 às 10:33

⁸⁵ ALMEIDA, Ibidem.

⁸⁶ ALMEIDA, Ibidem.

⁸⁷ ALMEIRA, Ibidem.

⁸⁸ ALMEIDA, Ibidem.

que enxergou nesse grupo uma saída para fortalecer a região contra a forte influência dos EUA, seja economicamente, seja politicamente.⁸⁹

Outro fator que chama atenção do governo Lula foram as suas viagens, que para Leão representam uma forma de analisar a atuação de uma diplomacia, enquanto que para Almeida demonstra o profissionalismo e o bom preparo da nossa diplomacia. Isso porquê as viagens internacionais e a participação de Lula em diversas reuniões e encontros demonstraram ao mundo a preocupação brasileira em estabelecer laços de amizade com diversos países, não só os da América do Sul, mas também a Rússia, Índia, países africanos e, principalmente, a China⁹⁰. Dessa forma, confirma a ideia de que a política externa de Lula foi diferente de FHC ao buscar atuar em diversas frentes, enquanto que houve um enfoque maior de FHC nas relações com os EUA⁹¹.

⁸⁹ ALMEIDA, Ibidem.

⁹⁰ ALMEIDA, Ibidem.

⁹¹ ALMEIDA, Ibidem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve, então, continuidade nas políticas externas de FHC para o governo Lula? Podemos sugerir como resposta sim e não – houve pois foi visto que Lula apresentou uma política externa que tentou se afastar daquela realizada por FHC ao se colocar contrário aos interesses estadunidenses, ao tocante que estabeleceu diversas relações com países considerados em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a resposta é não pois tal política não pareceu ser “revanchista” ou que se preocupou em interesses pessoais imediatistas. Acredita-se que após o estabelecimento da posição de destaque brasileira no governo FHC com os Estados Unidos e a Europa, era momento para o Brasil expandir ainda mais seus laços internacionais, o que significa dizer que Lula apenas deu continuidade ao que já havia sendo feito por FHC.

Obviamente, entendemos e enxergamos essa posição como àquela que era necessária para atrair investimentos externos, o que de fato ocorreu, seja pela abertura comercial e a chegada de novas empresas e indústrias no Brasil, como também pelo processo de privatização de empresas do estado brasileiro, vide os casos da telefonia e da Companhia Vale do Rio Doce durante o governo de FHC.

No tocante a América do Sul, reforçou-se a ideia de responsabilidade e liderança que o Brasil foi estabelecendo dentro do continente, resultado da estabilidade interna alcançada. Para citar alguns exemplos, com fortalecimento da imagem brasileira, foi possível alcançar uma atuação muito mais contundente nas relações internacionais sul-americanas como os acordos de paz entre Equador e Peru, após a invasão militar peruana ao Equador, conduzida por Fernando Henrique Cardoso, e a atuação brasileira em auxiliar o processo eleitoral no Paraguai, onde a democracia estava ameaçada. Também podemos lembrar de semelhanças entre as políticas dos dois governos – como nas relações com a Venezuela. Tanto FHC como Lula atuaram em relação a esse país de forma parecida, sendo o primeiro responsável por defender Hugo Chávez quando esse sofreu acusações nas eleições de 2002 e sofreu uma tentativa de golpe – da mesma forma, Lula apoiou Chávez e se aproximou deste no conjunto de político do bolivarianismo.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. Lua Nova, nº47, p. 201-246, 1999.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 47, n.1, p. 162-184, junho de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008 Acesso em 01/12/2019.

BARBOSA, Rubens, A Política Externa de Dois Governos. Disponível em: <https://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Rubens%20Barbosa%20%20Pol%C3%ADtica%20externa%20de%20dois%20governos.pdf> Acesso em 01/12/2019.

BARBOSA, Rubens. FHC e Lula, políticas externas divergentes. Folha de São Paulo. São Paulo. 29/11/2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1711638-fhc-e-lula-politicas-externas-divergentes.shtml> Acesso em 01/12/2019.

CARMO, Marcia. Reação brasileira ajuda a resgatar governo de Chávez. BBC Brasil. Buenos Aires. 16/04/2002. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020416_marciadi.shtml Acesso em 01/12/2019.

CARRANCA, Adriana. Política Externa, de FHC a Serra. O Globo. Rio de Janeiro. 21/05/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/politica-externa-de-fhc-serra-19350245> Acesso em 01/12/2019.

FARIA, C. A. P de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 51, n.2, p.80-97, Dec.2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200006&lng=en&nrm=iso Acesso em 01/12/2019.

FARIA, C.A.P. (2007). A política sul-americana do Brasil: razões e percalços do 'institucionalismo da semiperiferia'. Análise de Conjuntura, No. 4, abril 2007, 10p. OPSA/IUPERJ. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v34n1/v34n1a09.pdf> Acesso em 01/12/2019.

GUIMARÃES, Samuel P. O mundo multipolar e a integração sul americana. Revista Comunicação & Política, v. 25, n. 3, p.169-189, 2007.

HAFFNER, Jacqueline; WENZEL, Fernanda. Política Externa do governo FHC: da literatura aos fatos. Disponível em: http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1471560295_ARQUIVO_FernandaWenzeleJacquelineHaffner.pdf Acesso em: 09/01/2020.

LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 41, n.2, Brasília, Julho/Dezembro,

2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000200001&script=sci_arttext Acesso em 01/12/2019.

LESSA, Antonio Carlos. In: Dilma viaja menos da metade que Lula ao exterior. BBC Brasil. Brasília. 21/01/2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113_dilma_viagens_internacionais_ms_lgb Acesso em: 09/01/2020.

LIMA, M. R. S. Instituições Democráticas e Política Exterior, Rio de Janeiro, vol. 22, nº2, julho/dezembro 2000

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a "circunstância democrática": do silêncio respeitoso à politização ruidosa. Rev. bras. polít. int., Brasília, v.54, n.1, p.67-86, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292011000100005&lng=en&nrm=iso Acesso em 01/12/2019.

LOPES, Dawisson Belém. Política Externa Democrática: oximoro, quimera ou tendência? Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 27. Nº 80.

LULA DA SILVA, L. I. Pronunciamento do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 2003. Disponível em: <http://goo.gl/oeTwSm> Acesso em: 21/11/19.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.11-41, Junho de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010285292013000100001&lng=en&nrm=iso Acesso em: 07/12/19

OLIVEIRA, A.J. de & PFEIFER, A. (2006). O empresariado e a política exterior do Brasil. In: ALTEMANI, H. & LESSA, A.C. (Orgs.). Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo, Saraiva.

SARAIVA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. Relações Internacionais (R:I), n. 37, p. 63-78, 2013.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. Mural Internacional, v. 1, n. 1, p. 45-52, 2010.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. A Diplomacia Presidencial e o Processo de Inserção Internacional do Brasil: Um Estudo da Política Externa do Governo de Fernando Henrique Cardoso. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0561.pdf> Acesso em 08/01/2020.

SILVA, Carla Luciana. Veja e o PT: do “risco Lula ao Lula light”. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_carla_silva.pdf Acesso em 01/12/2019.

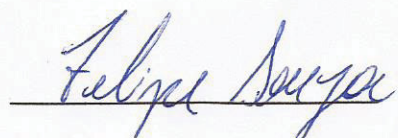
VIGEVANO, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F.; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003 Acesso em 08/01/2020.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA e de RESPONSABILIDADE

Eu, **FELIPE GABRIEL BRANCO DE SOUZA**, declaro, para fins de submissão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) / Monografia do Curso de Especialização em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) é **original, inédito e não foi objeto de submissão**, no presente momento, a nenhum periódico, apostila, curso, material didático, ou qualquer outra forma que o tire do ineditismo e originalidade.

Declaro também, na qualidade de autor do manuscrito / trabalho científico “**A Política Exterior de FHC e Lula para América do Sul**”, que participei da construção e formação deste estudo, e assumo a responsabilidade pública pelo conteúdo deste.

Curitiba, PR; 19 de fevereiro de 2020.



Felipe Gabriel Branco de Souza
CPF 075.943.589-88